

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1533779 - PR (2015/0073002-3)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : ANISIO PARANHOS
AGRAVANTE : ANTONIO CARLOS LEMES
AGRAVANTE : ANTONIO ESTEVO NETO
AGRAVANTE : ATILIO GERALDO CALCA
AGRAVANTE : BENEDITO EDUARDO SABINO
AGRAVANTE : CELSO JOSÉ DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : EDINEIDE DONATO TORRES
AGRAVANTE : EPHIGENIA PEREIRA DE ALVARENGA
AGRAVANTE : EFIGENIA ADAO PEDRO
AGRAVANTE : GENITA MALAQUIAS DA SILVA
AGRAVANTE : JANETE ANDREOLI DO COUTO
ADVOGADO : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS
ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA E OUTRO(S) -
RS035572
CARLA PINTO DA COSTA E OUTRO(S) - RS061655
PAULO ANTONIO MULLER E OUTRO(S) - PR067090
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS PINOTTI FILHO - PR025375
LUIZ CARLOS LUGUES - PR012146
PATRICIA RAQUEL CAIRES JOST GUADANHIM -
PR029545
ELAINE GARCIA MONTEIRO PEREIRA - PR027747
DANIELA PAZINATTO - PR027238

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA AFETADA À SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC/73. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. ATO DE SOBRESTAMENTO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória e não acarreta prejuízo às partes, por isso, se trata de provimento irrecorrível. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

